

Uma favela melhorada?

OTOMAR LOPES CARDOSO

A Ceilândia completou seu oitavo aniversário. Não será uma favela melhorada? Hoje, com quase duzentos mil habitantes, há reclamações de deficiência dos seus equipamentos públicos (escolas, saúde, pavimentação etc.). Os jornais, vez por outra, estampam manchetes de crimes nas páginas policiais. O Presidente Figueiredo, sensibilizado, com a pobreza, no encerramento de sua campanha eleitoral, afirmou que "a Ceilândia é uma jovem linda que merecerá atenções especiais". E a Administração Regional comemorou carinhosamente, no Ano Internacional da Criança, um ano a mais de existência de lutas e sacrifícios.

Oito anos depois vale a pena refletir um pouco sobre "Ceilândia", seu significado, e o que representou, numa época, para Brasília, diante do monumental traçado na prancheta, para ser a capital da República Federativa do Brasil. Basta recordar que na concepção original não haveria favelas. A Ceilândia nasceu, antes de tudo, de uma firme determinação governamental de erradicar as favelas que proliferavam principalmente na então famosa "Invasão do IAPI", com mais de 120 mil pessoas. Isso foi no início da década de 70. Havia ainda outras "invasões" menores, com cerca de trinta mil habitantes. "Invasão", registre-se, era a denominação formulada aqui no que se conhecia no país como "favela".

A característica principal eram as condições sub-humanas das habitações provisórias e sem perspectivas de melhoria. Inclui-se a situação já perdurada há alguns anos. Mas, na chamada "Invasão do IAPI", haveria um outro agravante. Localizava-se margem de um dos córregos que alimentam o lago do Paranoá, e onde eram colocados os dejectos, *in natura*. Os estudos sanitários condenavam o lago que se encontrava assim próximo à poluição total, com possibilidade de graves transtornos para a vida da cidade.

Urgia uma solução, de caráter rápido e eficiente, que trouxesse a melhoria de condições de vida de milhares e milhares de brasileiros, e que a curto prazo salvasse o lago do Paranoá.

A estratégia adotada pelo Governo foi a remoção dos favelados, inclusive estabelecendo etapas de trabalho. Inicialmente a mudança com um equipamento razoavelmente erguido, e posteriormente a consolidação, onde a habitação popular seria um dos itens fundamentais.

Poder-se-ia, na oportunidade, ter pensado em construção de casas populares para transferir os favelados. Os recursos financeiros, evidentemente, não faltariam. Mas, as experiências existentes, no mundo, até então, com esse tipo de solução não haviam dado certo. O exemplo mais gritante se verificara em Porto Rico, com graves transtornos para uma política habitacional. Consultado também um dos organismos interamericanos de viviendas, houve o pronunciamento que a casa deveria entrar numa etapa subsequente.

Evidentemente, quando da "operação-mudança", houve algumas falhas na execução do projeto da nova área. Mas, assim mesmo, todo um equipamento comunitário mínimo fora erguido pelo Governo do Distrito Federal (rede escolar, pavimentação dos eixos principais, eletricidade etc.). Mas, por exemplo a deficiência do abastecimento d'água foi um problema muito grave e sério. E água é o que se pode considerar o mais elementar serviço público com que deve contar uma população. Acrescente-se ainda que a própria mudança, do Governo local atrasou enormemente a continuação de uma série de obras físicas.

Na área social, a estratégia foi correta quanto ao processo da mudança, em si, da família do favelado. Houve total adesão dos "invasores" ansiosos

por receberem seu lote de terra definitivo. Não houve nenhum problema que merecesse maior atenção na transferência de cem mil pessoas. A comunidade brasiliense participou ativamente, através da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), entidade especialmente criada sob a presidência da Primeira Dama de Brasília. Houve, inegavelmente, uma satisfação humana, num ponto muito crítico, na remoção propriamente dita.

Porém a continuidade do trabalho iria, posteriormente, revelar falhas que somente ao longo do tempo se poderia constatar. Se a mudança foi habilmente conduzida pela dinâmica social implantada, a estratégia de consolidação adotada não teria o mesmo nível. A tônica social ficou mais em uma articulação de líderes e moradores, nas linhas de reivindicações, reuniões etc., quando poderia ter sido adicionada ao trabalho social toda uma estratégia que possibilitasse uma melhoria de renda da população. A saber: agências de empregos, para novas oportunidades de trabalho; treinamento profissional, para possibilitar a melhoria da mão-de-obra; estímulo à pequena empresa, para criação de novas fontes de rendas financeiras; além de uma tônica educacional que levasse a uma política agressiva de autoconstrução da casa popular definitiva. Enfim, aspectos que são essenciais hoje à elevação do padrão de vida das áreas com características de subdesenvolvimento.

A Ceilândia, hoje, é um dinâmico núcleo habitacional consolidado. Quanto à afirmativa de a "maior favela oficial do Brasil", fica por conta do pouco conhecimento e da deficiência de uma visão social.

A Ceilândia aí está. Em franco progresso. Crescendo e melhorando. Esperançosa nas palavras do Presidente Figueiredo. E Brasília, com seus barracos erradicados. E, pelo menos até agora, sem favelas.